

## **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.107 RONDÔNIA**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**REQTE.(S)** : **CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB**  
**ADV.(A/S)** : **DANILO COSTA BARBOSA E OUTRO(A/S)**  
**INTDO.(A/S)** : **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

*Ementa:* CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55/2007 QUE MODIFICOU O ART. 20-A DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO DISPOSITIVO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72/2010. PERDA DE OBJETO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a revogação do ato impugnado ou a sua alteração substancial leva à prejudicialidade da ação direta por perda superveniente de objeto. Precedentes.
2. Pedido prejudicado.

### **DECISÃO:**

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido liminar, proposta pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB, em face da Emenda Constitucional nº 55/2007, que alterou a redação do art. 20-A da Constituição do Estado de Rondônia. Confira-se o inteiro teor dos dispositivos impugnados:

Art. 1º. O artigo 20-A da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20-A. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, obedecerão ao disposto no inciso XI do caput do artigo 37 da Constituição Federal".

Art. 2º. Os efeitos desta Emenda Constitucional, em relação ao limite da remuneração dos servidores do Poder Executivo, retroagem a 5 de março de 2004.

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

2. Em síntese, a requerente alega vícios no processo legislativo de elaboração da emenda constitucional, tendo em vista que a proposta de emenda não teria sido apresentada por, no mínimo, um terço dos membros da Assembleia Legislativa (art. 60, I, CF/88), não haveria identificação das assinaturas dos parlamentares proponentes e os dois turnos de votação da proposta ocorreram no mesmo dia. Sustenta ainda que a EC nº 55/2007 foi motivada exclusivamente para modificar o entendimento dos tribunais estaduais acerca do teto remuneratório dos servidores públicos, o que afrontaria o princípio da separação dos poderes e constituiria um "atalhamento" da Constituição.

3. Diante da relevância da matéria, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente desta Corte, aplicou o rito do art. 12 da Lei nº 9.868/1999.

4. Em informações, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia afirmou que a tramitação do processo legislativo seguiu integralmente o Regimento Interno da Casa Legislativa, sendo respeitados todos os requisitos constitucionais e regimentais, inclusive os relacionados à iniciativa parlamentar e à votação da proposta. Assinalou ainda ausência de vício material na norma impugnada, na medida em que o Estado de Rondônia apenas optou por seguir o mesmo teto

## ADI 4107 / RO

remuneratório disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, de modo que não haveria violação à separação dos poderes.

5. O Advogado-Geral da União manifestou-se pela inexistência de vícios no processo legislativo de edição da EC nº 55/2007, uma vez que os documentos dos autos parecem comprovar a regularidade da tramitação do projeto. Registra também que não há nenhuma regra constitucional que obrigue intervalo de tempo entre a votação de dois turnos de proposta de emenda constitucional. Defende ainda a inconstitucionalidade do art. 2º da EC nº 55/2007, pois, ao retroagir o teto remuneratório dos servidores públicos do Poder Executivo à data de 5 de março de 2004, atingiu situação jurídica consolidada, violando o princípio da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI, CF/88).

6. O Procurador-Geral da República opina, preliminarmente, pelo não conhecimento da ação por ilegitimidade ativa da requerente, e, no mérito, pela procedência parcial do pedido, para que seja declarada a inconstitucionalidade do art. 2º da EC nº 55/2007, em razão da violação ao art. 5º, XXXVI, da Constituição.

7. Substituí o Min. Joaquim Barbosa na relatoria.

8. **É o relatório. Decido.**

9. A presente ação encontra-se prejudicada.

10. Conforme informado na inicial, o art. 20-A da Constituição do Estado de Rondônia foi alterado pela Emenda Constitucional nº 55/2007 com a finalidade de modificar a redação anterior do dispositivo, a qual previa o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça como teto remuneratório único dos servidores públicos estaduais.

## ADI 4107 / RO

11. A alteração efetuada pela EC nº 55/2007 teve como consequência imediata a extinção do teto remuneratório único e a criação de um subteto específico para cada poder, nos termos do art. 37, XI, da Constituição Federal. Assim, a remuneração dos servidores do Poder Executivo passou a ficar limitada ao subsídio mensal do Governador do Estado; no âmbito do Poder Legislativo, o teto passou a ser o subsídio dos Deputados Estaduais; e, no Poder Judiciário, manteve-se como limite o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

12. Ocorre que o art. 20-A da Constituição do Estado foi substancialmente modificado pela Emenda Constitucional nº 72/2010. Com fundamento no art. 37, §12º, da Constituição Federal, a referida emenda restabeleceu o regime anterior ao fixar novamente o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça como teto remuneratório único no âmbito estadual. Confira-se a nova redação do dispositivo:

Art. 1º. O artigo 20-A da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20-A. A remuneração e o subsídio mensal dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública terão como limite o subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado."

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

13. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a revogação do ato impugnado ou a sua alteração substancial leva à prejudicialidade da ação direta por perda superveniente de objeto. A título exemplificativo, vejam-se os seguintes precedentes:

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei 15.227/2006 do Estado do Paraná objeto de fiscalização abstrata. 3. Superveniência da Lei estadual 15.744/2007 que, expressamente, revogou a norma questionada. 4. Remansosa jurisprudência deste Tribunal tem assente que sobrevivendo diploma legal revogador ocorre a perda de objeto. Precedentes. 5. Ação direta de inconstitucionalidade prejudicada. (ADI 3.885, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 06.06.2013)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA 1.442, DE 10.05.1996, E SUAS SUCESSIVAS REEDIÇÕES. CRIAÇÃO DO CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL - CADIN. ARTIGOS 6º E 7º. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 6º RECONHECIDA, POR MAIORIA, NA SESSÃO PLENÁRIA DE 15.06.2000. MODIFICAÇÃO SUBSTANCIAL DO ART. 7º A PARTIR DA REEDIÇÃO DO ATO IMPUGNADO SOB O NÚMERO 1.863-52, DE 26.08.1999, MANTIDA NO ATO DE CONVERSÃO NA LEI 10.522, DE 19.07.2002. DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO, QUANTO AO ART. 7º, NA SESSÃO PLENÁRIA DE 20.06.2007. 1. A criação de cadastro no âmbito da Administração Pública Federal e a simples obrigatoriedade de sua prévia consulta por parte dos órgãos e entidades que a integram não representam, por si só, impedimento à celebração dos atos previstos no art. 6º do ato normativo impugnado. 2. A alteração substancial do art. 7º promovida quando da edição da Medida Provisória 1.863-52, de 26.08.1999, depois confirmada na sua conversão na Lei 10.522, de 19.07.2002, tornou a presente ação direta prejudicada, nessa parte, por perda superveniente de objeto. 3. Ação direta parcialmente prejudicada cujo pedido, no que persiste, se julga improcedente. (ADI 1.454, Relª. Minª. Ellen Gracie, j. em 20.06.2007)

14. Ademais, destaco que, em casos análogos, o Supremo

## **ADI 4107 / RO**

Tribunal Federal tem reconhecido o prejuízo de ações diretas de inconstitucionalidade por meio de decisão monocrática. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: ADI 2844/PR, Rel. Min. Dias Toffoli; ADI 4922/DF, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia; ADI 4.593/CE, Rel. Min. Luiz Fux; ADI 4.502/AL, Rel. Min. Gilmar Mendes; ADI 3964/DF, Rel. Min. Teori Zavascki; ADI 4749/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; ADI 3560/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio; ADI 4035/DF, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Rosa Weber.

15. Diante do exposto, com base no art. 38 da Lei 8.038/1990 e no 21, § 1º, do RI/STF, julgo prejudicada a presente ação direta, por perda de objeto, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, com base no art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator